

Relatório de participação no EuroDIG de Strasbourg 2025

Henrique Faulhaber

O EuroDIG 2025 reuniu representantes de governos, setor privado, sociedade civil, comunidade técnica e organizações internacionais em Strasbourg. O encontro entre outros temas tratou de impactos da inteligência artificial e da regulação de plataformas digitais.

O evento inseriu-se no contexto mais amplo da revisão WSIS+20, da negociação do Pacto Digital Global e do acompanhamento da Agenda 2030. O diálogo europeu, ainda que regional, mostrou a interconexão entre processos multilaterais e nacionais e a necessidade de alinhamento de princípios comuns.

A inteligência artificial apareceu em diversas sessões: . O Workshop 1 discutiu a não discriminação nos espaços digitais e a importância de prevenir e reparar situações de discriminação algorítmica. Participantes ressaltaram que sistemas de aprendizado de máquina reproduzem padrões de dados existentes, o que pode reforçar desigualdades históricas. Foram apresentados exemplos de falhas em sistemas de reconhecimento facial, vieses em algoritmos de crédito e problemas em processos seletivos automatizados. O debate apontou para a necessidade de mecanismos de supervisão, auditoria e transparência, além de políticas de reparação para aqueles afetados por decisões discriminatórias tomadas ou influenciadas por sistemas de inteligência artificial.

O Workshop 8 tratou das oportunidades e vulnerabilidades relacionadas à inteligência artificial. De um lado foram destacados benefícios em áreas como segurança cibernética, previsão de desastres naturais, diagnósticos médicos e otimização de processos industriais. De outro lado, reconheceu-se o uso de ferramentas de inteligência artificial para ataques sofisticados, disseminação de desinformação em larga escala e criação de conteúdos manipulados. A dualidade apresentada reforçou a necessidade de abordagens equilibradas, com regulação que permita inovação ao mesmo tempo em que mitigue riscos de usos maliciosos.

Entre as intervenções de destaque, David Souter apresentou uma análise histórica e prospectiva baseada no relatório de vinte anos da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Ele destacou que tecnologias como computação em nuvem, redes sociais e inteligência artificial generativa se tornaram centrais desde o WSIS.

Considerou que o processo da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação criou visões de inclusão e desenvolvimento que moldaram a trajetória subsequente, mesmo que não tenham antecipado todos os desdobramentos tecnológicos e que hoje há maior consciência sobre os riscos da digitalização, incluindo integridade da informação e violência online, o que exige novas abordagens de governança.

Souter observou que o Pacto Digital Global adotado pela ONU refletiu essa evolução ao incorporar de maneira explícita a inteligência artificial, a proteção de dados e a privacidade. Ele ressaltou a urgência de desenvolver marcos regulatórios que cubram governança de dados, proteção da privacidade e ética da inteligência artificial. Apontou também a importância da responsabilização de atores digitais em temas como combate à desinformação, mitigação de preconceitos algorítmicos, redução de desigualdades tecnológicas, sustentabilidade ambiental e garantia de direitos humanos.

Tawfik Jelassi, Subdiretor-Geral da UNESCO para Comunicação e Informação, apresentou uma mensagem em vídeo na sessão principal. Destacou a amplitude de desafios relacionados à inteligência artificial, entre eles os preconceitos dos algoritmos, exclusão digital, desigualdade de gênero e ameaças à privacidade.

Ressaltou a interconexão desses temas e a necessidade de abordagens coletivas que incluam governança da inteligência artificial, proteção de dados, infraestrutura digital, igualdade de gênero e sustentabilidade.

Recordou que a UNESCO desempenha papel central na implementação de partes do WSIS, com foco em direitos humanos, abertura e inclusão. Apontou resultados tangíveis, como a multiplicação por quase três do número de leis de acesso à informação desde 2002, o que fortaleceu a transparência e a participação pública.

Mencionou que os Princípios de Universalidade da Internet da UNESCO apoiaram mais de quarenta países na formulação de políticas digitais abertas e baseadas em direitos. Concluiu que, embora avanços tenham ocorrido, ainda existem lacunas significativas em governança da inteligência artificial e proteção de dados, que precisam ser enfrentadas para garantir uma transformação digital centrada nas pessoas.

A regulação de plataformas digitais constitui outro eixo de debates. Esse tema abrange moderação de conteúdo, desinformação, responsabilidade de intermediários, proteção da privacidade e impactos dos sistemas de inteligência artificial generativa.

A Sessão 6 do evento discutiu formas de combater desinformação e conteúdos nocivos preservando a integridade do espaço digital. Foram analisados exemplos de campanhas coordenadas de manipulação, impactos em processos eleitorais e desafios de identificar e remover rapidamente conteúdos prejudiciais sem comprometer a liberdade de expressão.

A sessão principal 4 discutiu as diferenças entre abordagens europeias e norte-americanas em relação à liberdade de expressão online. A Europa tem enfatizado a moderação de conteúdo e a regulação de desinformação, enquanto os Estados Unidos tendem a valorizar mais amplamente a liberdade de expressão. Essa divergência ilustra a dificuldade de alcançar consensos globais em torno da governança de plataformas.

A sessão principal 5 abordou a verificação de idade, questão ligada à proteção de menores e ao equilíbrio entre segurança e direito de acesso. O debate mostrou os dilemas de adotar

sistemas de verificação que preservem a privacidade e ao mesmo tempo protejam crianças e adolescentes de riscos online.

David Souter destacou novamente que desde o WSIS original o ambiente digital mudou profundamente. O surgimento de plataformas de redes sociais, serviços em escala global e a economia de dados alterou a forma como direitos são exercidos. A liberdade de expressão, a privacidade e a integridade da informação passaram a enfrentar novos riscos. Houve aumento da desinformação, violência de gênero online, abuso em várias formas e problemas relacionados ao bem-estar de crianças.

O relatório preparado por Souter aponta como prioridade o desenvolvimento de quadros regulatórios sólidos para governança de dados e privacidade, além de reforço da responsabilidade de atores digitais no combate à desinformação e na proteção de usuários vulneráveis.

Paul Blaker representando o Reino Unido reconheceu o trabalho de Souter em registrar avanços desde o WSIS e em reafirmar a importância do modelo multissetorial. Chamou atenção para novos desafios, como os impactos das tecnologias da informação e comunicação sobre direitos humanos e democracia. Expressou esperança de que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos desempenhe papel formal mais relevante na governança digital, considerando a interseção entre regulação de plataformas e proteção de direitos.

Tawfik Jelassi retomou seus pontos sobre inteligência artificial aplicando-os às plataformas. Chamou atenção para algoritmos e práticas opacas que podem ampliar preconceitos e ameaçar direitos. Lembrou o papel da UNESCO na promoção de direitos, abertura e inclusão, com exemplos do fortalecimento das leis de acesso à informação e dos Princípios de Universalidade da Internet. Reforçou a necessidade de aplicar esses princípios à governança das plataformas digitais.

O EuroDIG 2025 consolidou-se como espaço para articular debates regionais com processos globais. Os temas discutidos refletiram a centralidade da inteligência artificial e das plataformas digitais nos desafios contemporâneos. Os debates destacaram que a adoção de tecnologias precisa estar associada a marcos éticos e regulatórios claros, com ênfase nos direitos humanos e na inclusão. Houve reconhecimento de que a governança digital não pode ser conduzida apenas por governos ou empresas, exigindo participação ativa de todos os setores.

A ligação com processos multilaterais como WSIS+20 e o Pacto Digital Global foi recorrente. O EuroDIG mostrou que discussões regionais contribuem para consensos globais e que, ao mesmo tempo, a implementação depende de ações locais. O fortalecimento de iniciativas ascendentes como fóruns nacionais e regionais de governança da internet foi apresentado como caminho para integrar vozes diversas e experiências distintas. O diálogo multissetorial demonstrou que nenhum ator isolado pode resolver os dilemas digitais atuais.

A inteligência artificial foi tratada não apenas como tecnologia emergente, mas como campo que influencia diretamente a forma de produzir conhecimento, prestar serviços públicos e organizar a economia. Discussões abordaram impactos em educação, saúde, transporte e administração pública. Foram analisadas as implicações para o emprego, a necessidade de requalificação de trabalhadores e os riscos de ampliação de desigualdades. Representantes de diferentes setores apontaram que políticas de capacitação e programas de inclusão digital são essenciais para que os benefícios da inteligência artificial sejam amplamente distribuídos.

As conclusões do EuroDIG 2025 reforçaram a importância de avançar em marcos regulatórios internacionais que sejam consistentes com direitos humanos e que possam dialogar com legislações nacionais. Reconheceu-se a dificuldade de alinhar abordagens distintas, mas também a urgência de evitar fragmentação do espaço digital global. A integração de agendas internacionais, como a do WSIS+20 e a do Pacto Digital Global, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi apresentada como prioridade. O compromisso com processos inclusivos e com participação efetiva de múltiplos setores foi reafirmado como base da governança digital.